

O manuscrito dos Estatutos da Universidade (1653): notas marginais e anotações para impressão

The manuscript of the University Statutes (1653): marginalia and notes for the printing

Ana Maria Leitão Bandeira¹

RESUMO

O manuscrito que serviu para a impressão dos *Estatutos da Universidade*, na oficina de Tomé Carvalho, em 1654, revela-se como um exemplar raro no campo da história do livro impresso. A suas notas evidenciam preciosidades e uma *marginalia* que engloba apontamentos, esparsos no texto, todas as sinalefas para divisão de colunas, tipos de letra, itálicos, pontuação, etc. Ao divulgar este manuscrito conservado no Arquivo da Universidade de Coimbra, pretende-se trazer à colação o diálogo entre impressores e autores, que ficou silenciado pelo tempo e do qual apenas tomamos conhecimento quando se nos apresentam raridades, como a que agora se exhibe. Fazendo um cotejo entre algumas das páginas manuscritas e o exemplar impresso, procurámos entender como eram dadas as ordens aos compositores que, nos seus componedores,

¹ Técnica Superior no Arquivo da Universidade de Coimbra; <https://orcid.org/0000-0002-2883-8994>; amaria.bandeira@auc.uc.pt

iam realizando um trabalho meticuloso, até que a obra final da arte negra era concluída. Também são dados a conhecer alguns elementos particulares do contrato feito com Manuel Carvalho, o genro do impressor Tomé Carvalho, para a impressão destes *Estatutos*, que não chegou a concretizar-se pela sua morte prematura, tendo sido seu sogro a cumprir o contrato.

PALAVRAS-CHAVE

Carvalho, Tomé, impressor; História do livro; Tipografia, original para impressão; Universidade de Coimbra. Arquivo, fundos; Universidade de Coimbra. Estatutos, 1653

ABSTRACT

The manuscript used for the printing of the *Statutes of the University of Coimbra* at the printing house of Tomé Carvalho in 1654 is perceived as a rare sample in the history of the printed book. The printing indications present in the *marginalia* reveal various rarities that include notes scattered in the text, full indications for the splitting of the columns, font types, italics, punctuation, etc. By revealing this manuscript preserved in the Archive of the University of Coimbra, we intend to make known the dialogue between printers and authors, silenced by the passage of time and which we only become aware of in rare occasions such as the one related to the findings now on display. By comparing some of the manuscript pages side by side with the printed copy, we try to understand what kind of instructions were given to the compositors who carried out a meticulous work until the final result of the “black art” of printing was completed. We also wish to make known some particular aspects of the contract for the printing of the *Statutes* signed by Manuel Carvalho, son-in-law of the printer Tomé Carvalho, a contract which he could not fulfill himself due to his premature death. It was Tomé de Carvalho who fulfilled it for him.

KEYWORDS

Carvalho, Tomé, printer; History of the book; Typography, original for the press; University of Coimbra. Archive, holdings; University of Coimbra. Statutes, 1653

«Aquele exemplar era o livro justo que me procurava no momento justo (...)»²

Estas palavras de J. V. de Pina Martins ao referir-se à obra de Dionysius, o *Aeropagita*, na edição de Estrasburgo de 1502, são bem apropriadas para dar início a este trabalho.

Perseguia um livro, quando o desejava adquirir, como grande humanista e erudito bibliófilo, mas sabendo que o próprio livro viria ter consigo, no momento adequado. Sem querer fazer qualquer comparação inusitada, foi isso também que aconteceu, na identificação do manuscrito que se apresenta, como se ele próprio apelasse a que fosse identificado e trazido à luz, saindo da escuridão de um depósito de livros.

Ao dar a conhecer este manuscrito, tomaremos como forma de apresentação uma abordagem que se dividirá em duas partes. Primeiramente, um enquadramento da publicação dos *Estatutos*, em 1654, após a sua confirmação por D. João IV, em 1653, no contexto da publicação de anteriores *Estatutos*, bem como as questões que se levantaram, desde o contrato de impressão estabelecido em 1652, até que saem a público os *Estatutos*, em 1654. As razões da mudança de impressor inicial, Manuel de Carvalho, para o trabalho finalizado por seu sogro Tomé Carvalho são também abordadas, questionando-se por que razão não terá sido a sua viúva, Maria Carvalho Coutinho, a concretizar o contrato, uma vez que já tinha feito escritura de obrigação com a Universidade, após o falecimento de seu marido, para ser impressora da Universidade. Seguidamente, será feita uma análise da *marginalia*, com dados para a composição do texto impresso, certamente da mão do impressor que orientou o trabalho de composição. Serão ainda analisados outros sinais para impressão, como a indicação de reclame, parágrafo e coluna, que figuram no texto, assim como sublinhados e correções ortográficas. O manuscrito é, precisamente, o original que foi

2 Palavras de MARTINS (2015), p. 31 ao contar a aquisição de uma obra que há muito desejava possuir.

enviado para a oficina tipográfica para se poderem imprimir o *Estatutos da Universidade*, por ordem do seu Reitor D. Manuel de Saldanha³.

Os Estatutos da Universidade de 1653, enquadramento histórico da sua impressão

Estes *Estatutos* que, depois da aprovação dos *Estatutos Pombalinos* de 1772, passarão a ser designados por *Estatutos Velhos*, estiveram em vigor por mais de 100 anos e não divergem muito dos *Estatutos Filipinos*, aprovados e enviados à Universidade pelo rei D. Filipe I, estando datados e assinados, em 1591, por D. Jorge de Ataíde, seu capelão, por Ordem régia dada em Madrid. Seriam impressos em Coimbra, em 1594, por António de Barreira, impressor da Universidade. No entanto, poucos anos mais tarde, decidiu-se que algumas das normas estatutárias deveriam ser alteradas, o que aconteceu em 8 de junho de 1597 e, ainda, outras alterações tiveram lugar, com a visitação de D. Francisco de Bragança, como Reformador da Universidade, em 1604. Foi nomeado visitador da Universidade por Alvará de 20 de março de 1604 e receberia uma recompensa monetária pelo trabalho executado, de 400 mil réis, por Alvará de 14 de julho desse ano, permitindo-se-lhe que em cinco meses ultimasse as tarefas da reformação. O trabalho concluído seria enviado ao Reitor D. Francisco de Castro, que o apresentaria em Claustro Pleno, para conhecimento da Universidade⁴. Dessa visitação resultou a elaboração de 162 artigos de *Reformação dos Estatutos* que foram aprovados por Alvará de 20 de julho de 1612, passando a estar incorporados nos *Estatutos*.

D. João IV decidiu, por Alvará de Confirmação, de 15 de outubro de 1653, ratificar os *Estatutos Filipinos* de 1594, bem como as alterações que lhe tinham sido feitas em 1597, ordenando ainda a impres-

3 Inserido no acervo documental do Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) (cota – AUC-IV-1.ºD-2-3-63).

4 Toda a questão da «Reformação» é abordada, pormenorizadamente, em BRAGA (1895), pp. 493-497.

são conjunta dos artigos da *Reformação de D. Francisco de Bragança*. E, desta forma, na vontade expressa do Rei, como é dito no Alvará de Confirmação: «os ditos Estatutos sejam daqui em diante, assi como atégora o foraõ, as Leys, & Estatutos perpetuos per que a dita Universidade se reja & governe»⁵. Este Alvará substituiu o anterior de D. Filipe I que consta no manuscrito em questão, mas que não foi, obviamente, impresso.

O impressor Manuel de Carvalho fez contrato com a Universidade, em 25 de maio de 1652, para imprimir esta obra. Comprometeu-se a entregá-la impressa, em 400 volumes, até ao Natal, recebendo um empréstimo de 150 mil réis por parte da Universidade, para as despesas de impressão. Hipotecou, como garantia de cumprimento do contrato de impressão, a sua Quinta em Água das Maias⁶. O contrato já foi divulgado por ALMEIDA 1970, encontrando-se o documento original com papel muito oxidado pela tinta ferro-gálica, redigido pelo escrivão Simão da Costa Homem, com a sua difícil grafia, com perda de suporte e texto, em algumas situações, como já foi referido, aquando da sua publicação⁷. Nos termos do contrato refere-se que a obra seria impressa em colunas «na forma ordinária com suas corsivas e mais letras necessárias». O manuscrito já estava pronto para impressão, como se deduz pelas licenças datadas de abril e maio de 1651, no entanto, ser-lhe-á acrescentada a licença do «Repertorio dos Estatutos» (ou seja, o índice), só em 1653, sendo dada ordem para «poderem correr», apenas em 20 de junho de 1654, por Mateus Homem Leitão, Cristóvão de Andrada Freire e João Trancoso Pereira. Manuel de Carvalho não vai poder cumprir esse contrato, pois a morte surpreende-o poucos meses mais tarde, em agosto desse ano de 1652.

5 O Alvará está impresso juntamente com os *Estatutos*, em páginas inumeradas, logo a seguir à folha de rosto.

6 O contrato encontra-se inserido em *Livro de Escrituras Notariais da Universidade*, t. 23, liv.1, fl. 42-44v – (cota AUC-IV-1.ªE-14-1-29).

7 Lopes de Almeida refere mesmo «Documento inutilizado em muitos passos por corrosão da tinta». Não usaríamos destas palavras, pois, efetivamente, o documento não está inutilizado, mas exige, sim, uma leitura mais cuidadosa, assim como exige um restauro, para impedir a degradação do papel.

De acordo com o registo de óbito, lançado pelo prior João Henriques no livro de óbitos da freguesia da Sé, em 22 de agosto de 1652, este impressor foi sepultado no Colégio de S. Pedro, onde elegera sepultura, deixando por testamenteira sua mulher⁸. Refira-se que esta, Maria Carvalho Coutinho, viria a suceder-lhe no cargo de impressora da Universidade. Pouco depois de enviuar, Maria Coutinho fez contrato com a Universidade, para suceder a seu marido, em 5 de novembro de 1652, já que se decidira na escola que a «aceitavam por impressora da dita Universidade»⁹. O contrato foi celebrado através do seu procurador, seu pai Tomé Carvalho, em virtude de procuração que lhe outorgara, no tabelião de Coimbra João Baptista, em 4 de outubro de 1652. Este contrato foi feito, considerando seu marido ter sido impressor da Universidade, tal como o fora seu pai Nicolau Carvalho e, por sua morte, sua mãe Maria Flores e atendendo, ainda, a outros serviços que havia feito, os quais não são mencionados, mas sabe-se que Manuel de Carvalho fora também armador da Universidade. Ou porque os lucros da impressão não o satisfizessem ou por desejar outro cargo de destaque na Universidade, entre os oficiais seus privilegiados, acumulava estes dois cargos, exigentes na dedicação. Como armador, tinha a incumbência de fazer «a armação dos autos e capela», como se refere no último contrato de obrigação que fizera com a Universidade, em 18 de dezembro de 1648, (já publicado por ALMEIDA (1970), pp. 219-224). Essa armação exigia que tivesse panejamentos adequados, sedas, cordões, veludos, tafetás e alcatifas para cobrir a Capela da Universidade, a Sala do Exame Privado, etc.

Moradora na Rua das Fangas, Maria Coutinho tinha, quando enviuvou, filhos menores, os quais, por essa mesma condição, não podiam herdar o ofício de seu pai¹⁰. Entre os seus filhos, contavam-se Sebastião

8 V. *Livro de Registo de Óbitos da Sé de Coimbra*, fl. (cota AUC-III-1.ªD-4 -3)

9 V. *Livro de Escrituras da Universidade*, t. 23, liv. 1, fl.107v-110 (cota AUC-IV-1.ªE-14-1-29). O contrato foi já publicado por ALMEIDA (1970), pp. 235-239.

10 A obra de GONÇALVES (2010), p. 32 e 56, nos dados biográficos sobre a impressora Maria Carvalho Coutinho, apenas apresenta dois filhos, um dos quais, Valentim, falecido em 1650, antes do falecimento de seu pai Manuel Carvalho, em 1652. Veja-se a obra disponí-

de Carvalho Coutinho, António de Carvalho (ou António de Carvalho Flores, nome que também usou) e Rodrigo de Carvalho Coutinho que serão ordenados sacerdotes¹¹, mas Rodrigo e Sebastião também estudaram na Universidade, na Faculdade de Cânones. Este filho Rodrigo de Carvalho Coutinho viria também a ser impressor da Universidade.

Apesar de já ser considerada impressora da Universidade, não será ela mas sim seu pai, Tomé Carvalho, a assumir a impressão dos *Estatutos*, em 1654, a qual terá terminado em junho desse ano, pois são taxados em 28 desse mês, como poderá constatar-se no volume impresso¹². As duas famílias de impressores de Coimbra, com o mesmo apelido Carvalho, que tantas vezes ditou equívocos, com os nomes de Nicolau de Carvalho e Tomé Carvalho, patriarcas de ambas as famílias e com diferentes oficinas de impressão, acabaram por se unir, com o matrimónio de seus filhos Manuel de Carvalho e Maria Carvalho Coutinho, ao casarem em 5 de janeiro de 1636, tendo por testemunhas de casamento Miguel Martins, Pero Carvalho, Pero Queirós e Francisco Manuel, todos eles livreiros de Coimbra¹³. A primeira filha deste casamento, Juliana, será batizada em 24 de junho de 1637, tendo por padrinho João da Silva de Castro, Secretário da Universidade, sendo celebrante o cónego Manuel Toscano, figuras que atestam o acolhimento social desta família¹⁴. Manuel Carvalho e seu sogro Tomé Carvalho foram, durante pouco tempo, simultaneamente, os

vel em file:///C:/Users/uc34411/AppData/Local/Temp/jose%20gon%C3%A7alves-1.pdf. No entanto, sabemos que Maria Coutinho e Manuel Carvalho tiveram mais filhos, com destaque para Rodrigo Carvalho Coutinho que, durante um tempo, continuará com a oficina de impressão de sua mãe. A morada na Rua das Fangas é referida, entre outros documentos, nas ordenações sacerdotais de seus filhos, das quais se falará, mais adiante.

- 11 Existem no AUC os seus processos de ordenação sacerdotal, respetivamente em 1648, 1657 e 1661, seguindo a ordem dos nomes citados no texto (cotas AUC-III-1.ªE-2-3-9; AUC-III-1.ªE-17-3-6 e 16).
- 12 V. *Licenças do Repertorio dos Estatutos*, p. 3.
- 13 Registo de casamento lançado no *Livro de registo paroquial da Sé Velha de Coimbra*, M 1, fl. 91 (cota AUC-III-1.ªD-4-3).
- 14 O registo de batismo está exarado no livro de registo paroquial citado na nota antecedente, em fl. rasgada na zona de foliação. O pai, Manuel Carvalho, vem já identificado como impressor da Universidade.

impressores privilegiados da Universidade, pois o sogro fizera contrato para ser impressor da Universidade em 10 de junho de 1651, já publicado por ALMEIDA (1970), p. 229 e ss. Para poder estabelecer esse contrato referiu, na escritura contratual, que comprara já toda a imprensa e casa do falecido impressor Diogo Gomes de Loureiro: «dizendo que tinha gastado tudo de sua fazenda em comprar a dita empresão [...] e que lhe dessem os seis mil rs do ordenado do estatuto e os seis mil rs de aposentadoria como davaõ ao dito Diogo Gomes [...]». O contrato estipula também que teria «duas empresois coremtes cõ seus offesiais [...] e mais se lhe darão para ajuda de cazas em que tenha premsas outros seis mil rs ...»¹⁵.

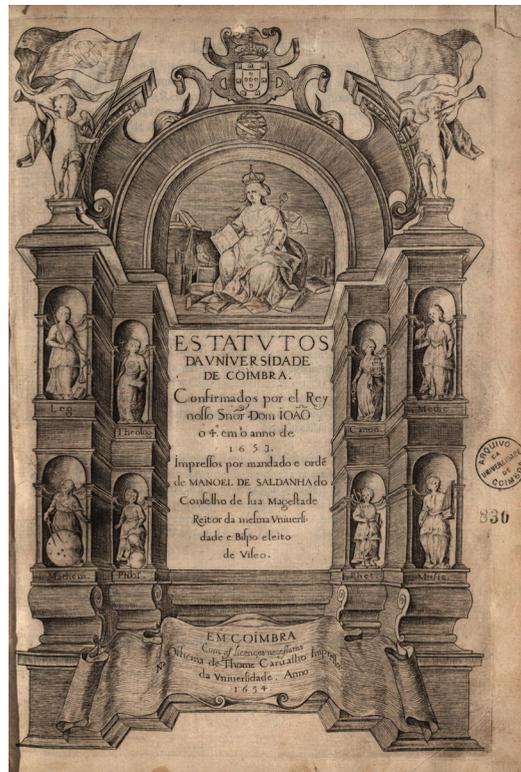


Fig. 1 – Folha de rosto dos Estatutos da Universidade de Coimbra.

15 Os termos do contrato com Tomé Carvalho revelam todos os pormenores contratuais que temos citado, encontrando-se registado, com a «terrível» grafia do escrivão da Universidade, Simão da Costa Homem, no *Livro de Escrituras da Universidade*, t. 22, liv. 3, fls. 78v-80 (cota AUC-IV-1.ªE-14-1-28).

A portada dos *Estatutos* é formada por uma gravura que tem sido atribuída a Josefa de Óbidos. Uma das descrições catalográficas conhecida é a seguinte:

«JOSEFA DE ÓBIDOS, pseud. [Estatutos da Universidade de Coimbra] [visual gráfico] / [Josefa de Óbidos]. [S.l.] : [s.n.], [s.d.]. - [1] gravura : p&b ; 28,6x20 cm. – In: Estatutos da Universidade de Coimbra : confirmados por el Rey nosso snör Don João o 4º em o anno de 1653 / impressos por mandado ... de Manoel de Saldanha ... Em Coimbra : officina de Thome Carvalho, 1654, p. [1]. - Frontispício que ilustra os Estatutos da Universidade de Coimbra composto por pórtico arquitetónico formado por colunas onde se abrem nichos que contêm pequenas figuras alegóricas representando as Ciências, no frontão a figura da Sabedoria coroada. - Soares, E. - Hist. da Grav. I, p. 58, nº 118»¹⁶.

Não estando assinada, constata-se que é muito diferente da qualidade do traço da gravura da insígnia da Universidade, apresentada a seguir à pág. 15 do volume, essa sim assinada e datada por «Josepha d'Ayalla. Obidos 1653».

Na senda de dados que confirmassem pagamentos feitos pela impressão da obra em questão, deparámo-nos com um pagamento feito em 4 de novembro de 1653, de 12 mil réis, para serem entregues a Baltazar Gomes Figueira pintor (e pai de Josefa de Óbidos) «pela tarja que fez da figura da Universidade pera se por nos Estatutos»¹⁷. Estamos em crer que esta tarja será a forma de se referirem à cercadura da folha de rosto que envolve o título e inclui o dito pórtico, com figuras alegóricas das Faculdades e a figura da Sabedoria, representado a Universidade. Quanto a qualquer pagamento em nome de Josefa de Óbidos, nada foi localizado nos «Livros de Receita e Despesa da Universidade». Ainda se poderá questionar se seu pai, Baltazar Gomes

16 Veja-se a descrição acessível em https://digitalis-dsp.uc.pt/html/10316.2/35451/item2_index.html.

17 O pagamento está lançado no *Livro de Receita e Despesa da Universidade*, vol. 10, 6.º cad, fl. 54 (cota AUC-IV-1.ªE-12-3-10).

Figueira, não terá sido o intermediário do pagamento que lhe foi feito pela Universidade. Mas é apenas uma conjectura.

Quanto ao pagamento da impressão da obra, já teria sido feito a Manuel de Carvalho (outras vezes o seu nome é referido como Manuel Carvalho), após firmar contrato de obrigação, em 25 de maio de 1652, como acima ficou dito. Efetivamente, o pagamento de 150 mil réis, entregues como empréstimo para a impressão, foram entregues ao dito impressor logo a 25 de maio do mesmo ano, como se constata pelo registo do mandado de pagamento, feito para que o procurador do prebendeiro da Universidade, Manuel Fróis, lhe desse esse dinheiro «de empréstimo pera empremir o Estatuto da Universidade»¹⁸. O contrato é explícito: deveria imprimir os *Estatutos* juntamente com a «Reformação e o Regimento dos médicos e boticários», o que efetivamente aconteceu, uma vez que a obra impressa consta de todas estas partes, acrescida do *Repertório* que é um índice feito depois da obra estar impressa.

Retomando a questão de a obra não ter sido impressa por Maria Carvalho Coutinho, apenas se aceita que não tivesse sido por ser mulher, com pouca experiência profissional, dado o seu contrato ser apenas de 1652, apesar de ser sucessora de seu marido na impressão. Efetivamente, só em 1664 se lhe conhece obra impressa. Refira-se, por exemplo, o *Sermão da soledade de Nossa Senhora*, da autoria de Francisco de Santo Agostinho de Macedo.¹⁹ Seu pai, Tomé Carvalho, pode ter sido uma escolha da instituição ou pode ter sido o próprio a avançar para o desempenho da obrigação firmada por seu genro, para libertar a filha dessa responsabilidade. A relação filial de Maria Coutinho com seu pai era bastante próxima: foi ele o seu procurador no contrato para ser impressora da Universidade, era ele que recebia, por vezes, os seus

18 Registo de pagamento lançado no volume referido na nota anterior, 5.º cad., fl. 39v.

19 Existe na BGUC um exemplar que pertenceu ao Visconde da Trindade, com descrição acessível em http://webopac.sib.uc.pt/search~S17*por?/Xviuva+de+Manuel+Carvalho&SORT=D&searchscope=17/Xviuva+de+Manuel+Carvalho&SORT=D&searchscope=17&SUBKEY=vivua+de+Manuel+Carvalho/1%2C13%2C13%2CE/frameeset&FF=Xviuva+de+Manuel+Carvalho&SORT=D&searchscope=17&12%2C12%2

ordenados pagos pela Universidade, como impressora privilegiada, como poderemos constatar nos «Livros de Folhas de Ordenados»²⁰. Foi também seu pai que deu o dote de património a seu neto António de Carvalho Flores, em 3 de julho de 1672, para a sua ordenação sacerdotal.

As cláusulas contratuais entre a Universidade e os impressores que escolhia para serem seus «privilegiados» foram evoluindo ao longo do tempo, como o revela FONSECA (2001). Este autor analisa com particularidade esses contratos, sendo aquele firmado com Tomé Carvalho revelador de algumas alterações em relação aos anteriores, como seja o deste impressor ter apenas dois prelos disponíveis (e não três prelos, como fora exigido a Nicolau Carvalho e depois a sua viúva Maria Flores, com seu filho Manuel de Carvalho), mas repetindo a imposição de permanecer na cidade, para poder ter uma ajuda para as suas instalações.²¹

Os «Livros de Matrículas da Universidade» contêm não só as matrículas dos estudantes, mas ainda as matrículas dos oficiais privilegiados, ou seja, os que exerceram ofícios, sendo considerados privilegiados da Universidade. Este é um dado desconhecido para muitos, até porque esse registo não era feito com assiduidade. Efetivamente, para os anos em que desejaríamos saber quem eram os impressores e seus aprendizes que trabalhavam para a Universidade, no ano de publicação dos *Estatutos*, os ditos livros não têm esses dados. Um pouco mais adiante no tempo, como é o caso do ano de 1657-1658, podemos encontrar os nomes dos impressores Tomé Carvalho, Maria Coutinho, e Simão Pereira «seu oficial» e Matias de Carvalho «seu aprendiz», ou Simão Ribeiro, impressor «oficial» de Tomé Carvalho e outros seus oficiais como Domingos Batista, Manuel Barreto e Simão, seu aprendiz²². Todas estas personagens poderão ter estado envolvidas na impressão dos *Estatutos*,

20 V. *Livros de Folhas de Ordenados*, em cadernos que não foram encadernados, no ano letivo de 1672-1673, cad.2, 2.ª terça, fls. 12 (cota AUC-IV-1.ªE-11-5-4).

21 V. o autor citado, no seu trabalho de meticolosa e fundamentada análise, pp. 30-33.

22 Os registos destas matrículas podem ser encontrados no *Livro de Matrículas da Universidade*, vol. 12 (1657-1658), fl. 71 (cota AUC-IV-1.ªD-1-3-20).

por Maria Coutinho ser filha de Tomé Carvalho e, certamente, haver entreadjudado com seu pai e a oficina deste. Ambas as oficinas, de pai e filha, se situavam na Rua das Fangas, apesar de, por vezes encontrarmos referências a outro local, podendo tratar-se de mais alguma casa/oficina de impressão ou guarda de livros e material. No caso da oficina de Maria Coutinho que estaria no mesmo local onde seu marido esteve estabelecido, existe uma escritura de emprazamento do Cabido da Sé de Coimbra, de 16 de fevereiro de 1650, na qual, ao indicar a confrontação das casas, então emprazadas, refere que as mesmas estão «na entrada da Rua de Quebra Costas» e partem com o «beco que se chama de baixo» e «vai para a impressao de Manoel Carvalho»²³. Tomé Carvalho morre em 1672 e sua filha em 1677, sucedendo-lhes, nos cargos de impressores privilegiados da Universidade, Manuel Dias e José Ferreira.

É devido um breve apontamento sobre as cinco tarjas usadas na impressão destes *Estatutos*, as quais não estão assinaladas no manuscrito, mas entram nas pp. 1, 35, 135 e 263, à cabeça da página que dá início a cada livro dos *Estatutos* e também em p. inumerada, no início da «Taboada dos Titulos dos Quatro Livros dos Estatutos». Esta última referida é a que primeiro aparece no volume. A segunda tarja está impressa, na p. 1, de forma invertida, em relação à tarja identificada por GONÇALVES (2010), pp. 242-243, utilizada em 1604, na oficina conimbricense de Manuel de Araújo, na obra de Leandro de Figueiroa Fajardo, *Arte do computo ecclesiastico [...]*, no seu segundo volume. A primeira tarja referida foi também utilizada na mesma obra impressa por Manuel de Araújo, mas utilizada a compor o ornamento de uma moldura, na folha de rosto da obra citada. Esta situação pode revelar uma permuta de elementos tipográficos, como florões, vinhetas e tarjas, entre oficinas tipográficas ou poderá ter sido mesmo adquirida, posteriormente, por Tomé Carvalho. As outras três tarjas utilizadas, na abertura das páginas dos restantes três livros dos *Estatutos* são todas iguais.

23 V. *Livro de Emprazamentos do Cabido da Sé de Coimbra*, vol. 28, fl. 81v-83 (cota AUC- III-1.ªD-10-4-30).

Quantos aos dois florões utilizados, os quais são iguais, um deles poderá considerar-se assinalado no manuscrito, por uma cruz e a palavra «aqui», foi colocado no livro impresso na p. 6, no final da «Fundação da Universidade de Coimbra» e ou outro foi colocado na p. 299, no final do último livro dos *Estatutos* (liv. IV, Tit. XIV). Este florão foi também identificado por GONÇALVES (2010), p. 278, como tendo já sido utilizado por Tomé Carvalho, em 1651, na impressão da obra de Simão Vaz Barbosa, *Axiomata* [...]. E é este mesmo florão que iremos encontrar na obra de Gaspar Cardoso de Sequeira – *Thesouro de Prudentes*, na p. [188], e que será impresso, em 1664, por Maria Carvalho Coutinho, em mais uma constatação da permuta de materiais entre impressores, neste caso entre as oficinas de Tomé Carvalho e de sua filha.



Fig. 2 – Florão inserido na p. [188] da obra *Thesouro de Prudentes* de Gaspar de Sequeira, impressa por Maria Carvalho Coutinho. O pé de imprensa identifica-a como viúva de Manoel Carvalho.

Uma análise do volume manuscrito: *marginalia* e orientações para a impressão

O manuscrito contendo o texto dos *Estatutos* é todo de uma só mão, num total de 297 folhas. A estas folhas segue-se, em folhas innumera-

das, mas num total de 26, um texto de outra mão, contendo o «Alvará de Reformação dos Estatutos» e o texto da «Reformação», datado de 20 de julho de 1612. A terminar o volume, encontra-se encadernado juntamente com o *Regimento dos Médicos e Boticários Christãos Velhos*, em texto impresso, datado de 7 de fevereiro de 1604. O desgaste por manuseamento é notório, como não poderia deixar de ser, pois o manuscrito dos *Estatutos* esteve na oficina impressora e andou pelas mãos dos compositores e impressores. Esse manuseamento deixou marcas na viragem de folhas, ficando mesmo manchas de sujidade no canto inferior direito, de todas elas, onde os dedos assentam para as virar. Além das marcas da tinta usada na impressão que terá sujado as mãos dos que pegavam no manuscrito, de tal forma que podemos mesmo visualizar impressões digitais nas folhas 79v, 80, 87, 88, 91, 96, 122, etc.

Apresenta-se aparado à cabeça, bem como na margem exterior, com corte de alguns elementos informativos, como seja a foliação e títulos, revelando, ainda, vestígios de tinta vermelha no corte das folhas, da primitiva encadernação que teve.

Uma análise grafológica permite confirmar que a autoria do manuscrito será da mão de Miguel da Fonseca Cardoso, escrivão da Universidade. No final do manuscrito (fls. 296-296v) está registada a certificação do traslado, dizendo-se que concorda com «os próprios estatutos que estão no cartório desta Universidade», assinado pelo secretário da Universidade, Gregório da Silva Soares, assim como o Reitor da Universidade D. Francisco de Castro e o dito escrivão da Universidade, em 7 de novembro de 1607. Este secretário da Universidade, Gregório da Silva Soares, haveria de receber 7 mil réis pelo trabalho que teve «em coroborar, ler e ver e autorizar hum livro de estatutos», segundo despacho dado em reunião da Mesa da Fazenda, no dia 3 de novembro de 1607²⁴.

24 O registo de pagamento está lançado no *Livro dos Acórdãos da Mesa da Fazenda*, vol. 3, fl. 120v (cota AUC-IV-1.ªE-14-3-23).

Atentemos na folha de rosto ou folha com termo de abertura «Traslado dos novos Estatutos Reformados desta mui insigne Und.^e de Coimbra perque ella hora se reje, e governa, confirmados novam.^{te} per sua Magd.^e que Ds guarde Dom João o 4.^o nosso Senhor». Inclui acrescentos de outra mão: «agora he Dom Affonso filho delle mesmo Dom João por graça o quarto” e as palavras “Licenciado bra de Coimbra», ainda com riscos, pingos de tinta e ensaios de letra, tudo revelador do pouco cuidado a que foi votado este manuscrito.

Numa tentativa de saber como terá sido identificado este volume, entre o acervo arquivístico da Universidade, sobretudo se alguma vez terá sido identificado como o original que serviu para impressão, foram compulsados os volumes mais antigos de inventários do cartório da Universidade, nomeadamente o «Livro da Receita do cartório da Universidade em que por Inventário se descrevem todas as bullas dos Santos Padres, Carta [...]», datado de 1750²⁵, mas nada foi localizado que o identifique, concretamente, como volume que serviu para a impressão dos *Estatutos*, em 1654. No entanto, uma referência que ali se encontra (fl. 169) poderá reportar-se a este volume, onde se lê: «Outro Livro em pergaminho que he copia da Reformação dos Estatutos». A indicação «em pergaminho» é apenas uma identificação da encadernação, como se pode verificar pela identificação de outros volumes, quando passa a referir «outro livro em pasta» e, depois, «outro livro em pergaminho».

Atualmente, o volume está encadernado em pele, com pastas de cartão e rótulo de título vermelho na lombada, com letras douradas: «Estatutos da Universidade de Coimbra de el Rei D. João IV», encontrando-se riscado o nome régio e, em tinta negra, manuscrito, o nome «Philippe 1597». A grafia desta correção manuscrita pode ser atribuída, quase seguramente, à mão do Doutor António

25 Inserido no acervo do fundo documental da Universidade de Coimbra, juntamente com outra documentação do antigo cartório (cota AUC-IV-1.ªE-1-3-6).

de Vasconcelos, se fizermos o confronto com outros seus escritos existentes no AUC. Efetivamente, ele copia os *Estatutos Filipinos* de 1593. A encadernação deve ter sido colocada na segunda metade do séc. XIX, pois apresenta nas folhas de guarda um papel produzido na fábrica de papel de Góis, sendo a marca de água uma filigrana utilizada pelo papelero, seu proprietário, Manuel Inácio Dias, em 1877²⁶. Assim, a encadernação poderá apontar para essa data, numa fase em que outras unidades arquivísticas receberam novas encadernações, em tudo semelhantes a esta, quanto à pele da encadernação, aos rótulos de título a vermelho, com letras a dourado, com a mesma letra impressa e os mesmos ferros a dourado, no embelezamento das lombadas, quase a aparentar nervuras. Entre os casos que se podem citar, incluem-se: «Estatutos da Universidade de Coimbra de D. Philippe 1.º 1591», «Documentos de D. João III», «Documentos de 1783 a 1786» e «Estatutos de D. Philippe 2.º 1612»²⁷.

Não sabemos que obra orientadora do trabalho tipográfico deveria correr, então, no séc. XVII, entre os impressores de Coimbra. São conhecidas algumas obras que, certamente, poderiam ter chegado ao seu conhecimento. Refira-se que entre a imensa bibliografia já conhecida, não existem exemplares desta tipologia, ou seja, manuais tipográficos ou textos orientadores do trabalho tipográfico²⁸. No entanto, a *Orthotypographia*, de Hieronymus Hornschuch (Leipzig, 1608) é um dos mais antigos manuais de impressão, uma verdadeira “Bíblia dos impressores” que já poderia ser do conhecimento dos

26 Veja-se a mesma marca de água publicada por BANDEIRA (1999), pp. 33-34, ao dar a conhecer a mudança de proprietário da fábrica de papel de Góis, das mãos de José Joaquim de Paula Júnior para Manuel Inácio Dias, com alteração da marca de água até aí usada, pelo anterior proprietário e a que depois passou a ser utilizada.

27 Com as seguintes cotas topográficas AUC-IV-1.ºD-2-3-62 A, 64, 65 e 66.

28 Por exemplo, entre a vasta bibliografia citada por SILVA (2013), pp. 104-110, não figuram obras dessa natureza. Acessível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23903/1/ulfl201309_tese.pdf.

artistas coimbrãos. Hoje, da edição original, apenas são conhecidos, mundialmente, três exemplares desta obra²⁹. Hornschuch ganhava o seu sustento como corretor de provas tipográficas, enquanto era aluno de Medicina e nesta obra publica, pela primeira vez, os sinais de correção tipográfica que então se adotavam, alguns dos quais ainda hoje são usados. Deste verdadeiro código tipográfico foram feitas posteriores edições em outras línguas, após a primeira edição, em latim. A palavra *ortotipografia* diz tudo: o conjunto de regras ortográficas e tipográficas que deveriam ser seguidas pelos impressores, englobando a tipologia de caracteres, sinalética para divisão de colunas, páginas, espaços, etc.

Para data posterior, conhece-se também a *Muestra de los caracteres y letras de la Imprenta Real* (Madrid, ca. 1685). Algum texto semelhante, mesmo sem a projeção da obra impressa, mas apenas de anotações, deveria circular entre as oficinas dos impressores de Coimbra e, certamente, apresentava os tipos de letras, com as suas designações apropriadas, como Atanásia, Cursiva, Parangona, Glosa, etc., termos estes que vamos encontrar mencionados na *marginalia* do manuscrito em questão³⁰. Em Portugal, e em português, só em 1803 se conhecerá um manual desta natureza, da autoria de Joaquim Carneiro da Silva, o *Breve Tratado Theorico das Letras Typograficas, offerecido a Sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor*, publicado nesse ano, em Lisboa, na Régia Oficina Tipográfica.

29 Alguns exemplos de sinais de correção tipográfica, notas biográficas sobre o seu autor, sobre a obra e gravuras da mesma obra estão divulgados em <https://www.ustc.ac.uk/news/a-student-job>.

30 Devo um reconhecido e afetuoso agradecimento à Doutora Celeste Pedro, pela valiosa informação que me forneceu, sobre os manuais de imprensa referidos. A sua tese de doutoramento, em 2018, na Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto versa, precisamente, sobre a análise de tipos usados pelos impressores de Coimbra João da Barreira e João Álvares - *Sixteenth-Century Print Culture in the Kingdom of Portugal: a study on typographical specimens used in the printing houses of João de Barreira and João Álvares*. A identificação dos tipos de letras acima referidos, assim como muitos outros dados, sobre terminologia tipográfica, podem ser encontrados em PERICÃO; FARIA (2008).

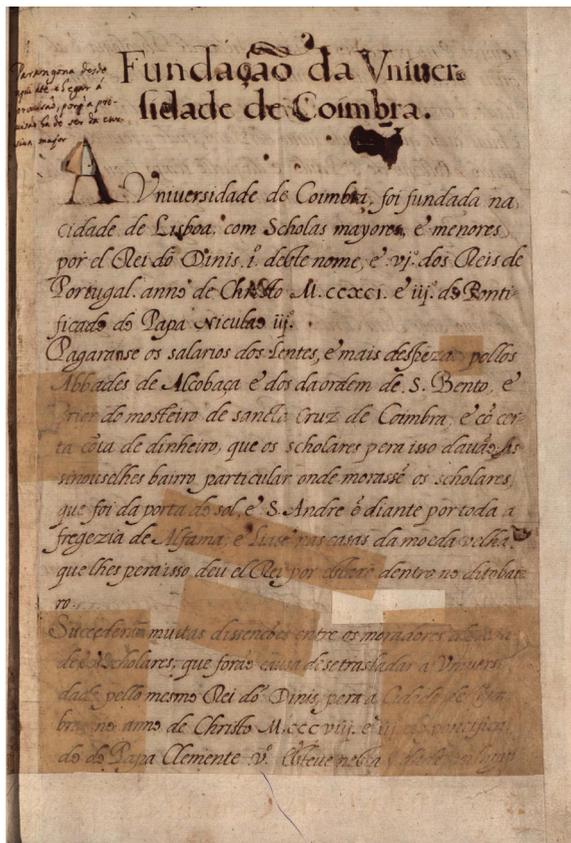


Fig. 4 – Folha inicial do manuscrito. Um erro que pode ler-se aqui e que perdeu na impressão é a data de fundação da Universidade, em 1291 (linha 4).

A letra maiúscula A, destaca-se no tamanho da grafia e é uma indicação para ser, no texto impresso, uma letra capital ou capitular, à semelhança das letras capitulares dos manuscritos, com representações vegetalistas ou históricas. Ao longo do texto é assim que se procederá, sempre, para dar a indicação de letra capitular. Um outro dado que podemos apreciar: logo no início do manuscrito está a nota marginal, no canto superior esquerdo da folha, sobre os caracteres em que deveria ser escrito o título do capítulo «Fundação da Universidade de Coimbra»:

«Parangona desde aqui até chegar à provisão, porque a provisão há de ser da cursiva superior»

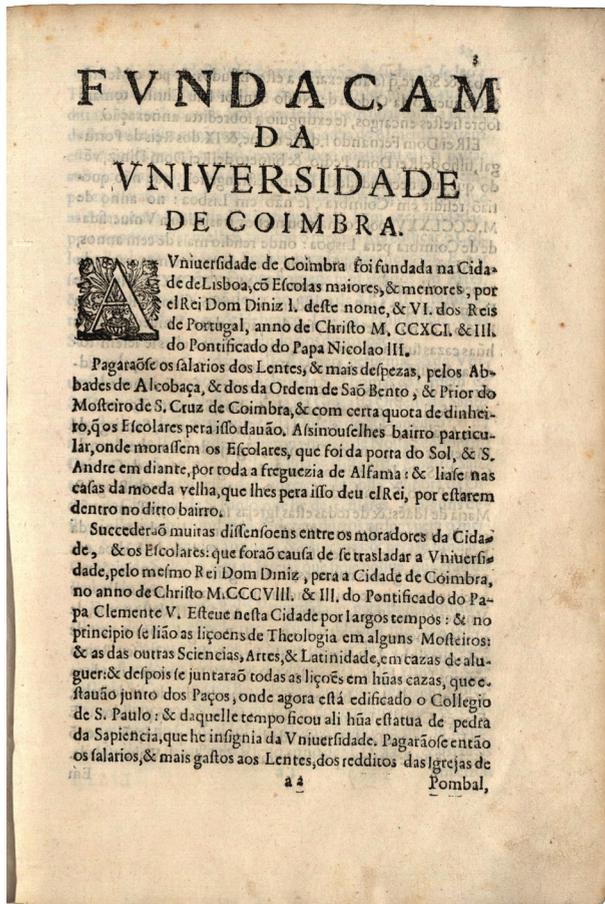


Fig. 5 – O texto impresso, contendo o texto do manuscrito apresentado na Fig.4.

Segundo a nota para o compositor, assim saiu o texto impresso, utilizando parangona. Note-se que a letra maiúscula Ç ainda não existia, resultando de um C seguido de uma vírgula (,).

Todo o índice ou «Taboada» que estava transcrito a fls. 6v-7 do manuscrito, recebeu a nota marginal, no canto superior esquerdo:

«Isto não se imprima»

*Deo n. r. e.
impressa*

**Taboada do primeiro Livro dos
Estatutos da Universidade
de Coimbra.**

Da Capella n.º 1. folhas 7.º
Das Capellães e serventia da Capella n.º ij. fol. 7.
Do Cantor e do que a seu officio pertence n.º ij. fol. 11.
Do Theorico n.º iij. fol. 12.
Do Apontador n.º v. fol. 13.º
Do Mestre da Musica n.º vi. fol. 14.º
Do Langador dos organos n.º vij. fol. 15.
Do Moço da Capella n.º viij. fol. 15.º
Da fabrica da Capella n.º iij. fol. 18.
Das ordenanças dos Capellães e mais serventia da Capella n.º x. f. 18.
Das Praçadeiras n.º xj. fol. 18.
Da Pintaria da Capella n.º xij. fol. 18.
Dos fundamentos e Prohibiç. da Universidade n.º xij. fol. 19.
Das Praçadeiras e n.º q. se n.º l.º ad. ter n.º xij. fol. 23.º
Da Confraria da Universidade e Officio della n.º xv. fol. 26.
Das ordenanças e Praçadeiras q. se n.º l.º ad. manda fazer n.º xv. fol. 30.
Da Licença do Regente e Curas para as Igrejas da Universidade n.º xv. fol. 31.
Das Praçadeiras e n.º q. se n.º l.º ad. ter n.º xij. fol. 23.º

Fig. 6 – A «Taboada» com indicação para não ser impressa.

Efetivamente, o que vem a ser impresso nos *Estatutos*, em 1654, é uma «Taboada dos Titulos dos Quatro Livros dos Estatutos da Universidade de Coimbra», com todos os índices seguidos, e não cada índice ou «taboada», numa separação por cada livro dos *Estatutos*.

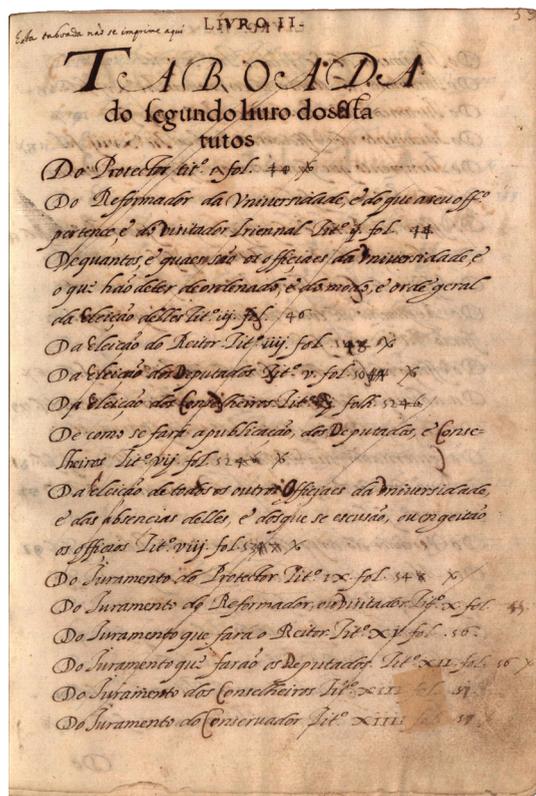


Fig. 7 – Novo exemplo de «Taboada» que também não se imprimiu.

A mesma indicação foi dada para a «Taboada do Segundo Livro dos Estatutos» (a fol. 39 do manuscrito) chegando até ao pormenor de riscar o texto, para o inutilizar e não haver dúvidas sobre a decisão de não a imprimir. Mas a nota também já era elucidativa:

«Esta taboada não se imprime aqui»

O exemplo mais acabado do conjunto de notas, incisos no texto, sublinhados e manchas de manuseamento, bem como de tinta de impressão (na fls. 79v-80 do manuscrito) é o que se apresenta agora, chamando também a atenção para restauros de época, em data não determinada, que o volume já sofreu. As colagens de pequenas tiras

de papel sobre os rasgões são bem evidentes. O texto em questão reporta-se ao «Título XXVI do Chançarel & seu officio».

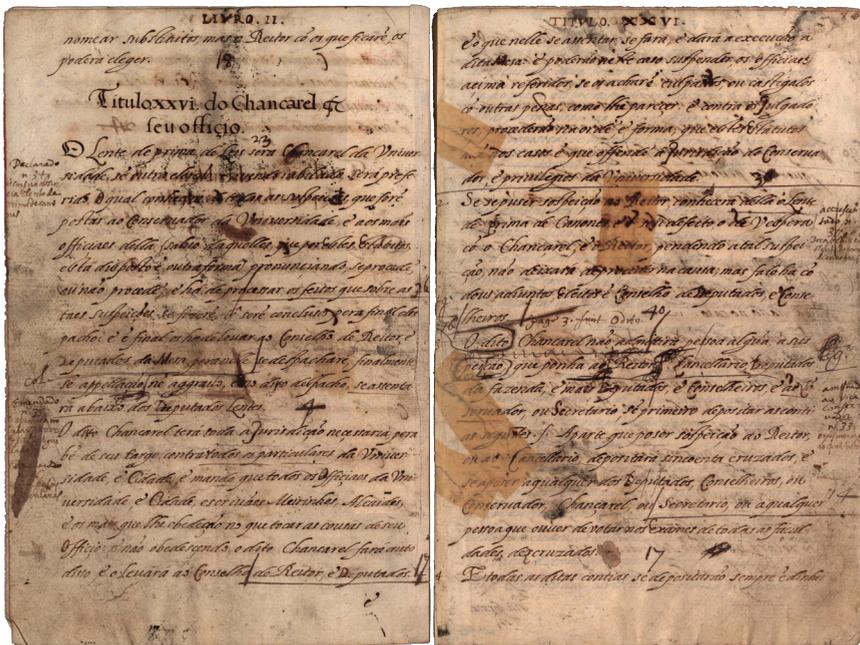


Fig. 8 – Folhas 79v-80 do manuscrito com *marginalia*, incisos no texto, restauros, manchas de tinta, etc.

Três aspetos concretos, relativos a correções, podem ser conhecidos com este exemplo, apesar de toda a sujidade que as folhas denotam. Primeiramente, a divisão de colunas, com a indicação de uma linha a cortar verticalmente a palavra que se quer dividir para outra coluna. Seguidamente, o número de artigos, que são apresentados em pequenos números marginais, como o número 1, quase impercetível, na fl. 79v, debaixo do texto marginal onde começa a frase «O ditto Chançarel terá toda a jurisdição», etc., assim como o número 2, na fl. 80, a seguir ao traço horizontal, a toda a largura da página. Por fim, podemos apreciar a nota de divisão de página que aqui é apresentada com um risco em volta da palavra *suspeição*, nas duas sílabas finais, assinalando, com outro risco

envolvente, a sílaba final que servirá de reclame, na linha abaixo do texto, do lado marginal, para alertar a mudança de página.

Estas anotações de divisão de página, de reclame e sublinhados de frases podem não ser feitas, explicitamente, para uso dos compositores. Fica a interrogação se não poderão ser de sua própria autoria, para regular o seu próprio trabalho, como chamadas de atenção. Um outro elemento bem visível é aquele conjunto de correções de letras maiúsculas e minúsculas, acentuação de palavras e colocação de vírgulas que são visíveis em tinta de cor diferente, mais clara do que a do texto do manuscrito. A sua autoria ficará a dever-se ao impressor, para orientação dos compositores.

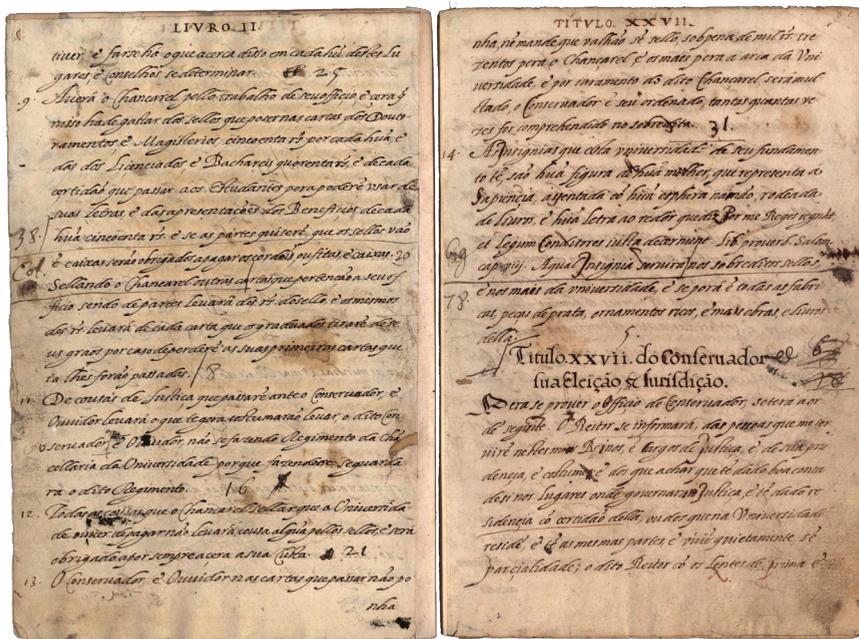


Fig. 9 – Folhas 81v-82 do manuscrito com outros modelos de notas tipográficas.

Em novo exemplo, são notórios os seguintes elementos da *marginalia* e elementos incisos no texto:

a) números marginais, do lado esquerdo, que identificam os artigos 9. 10. (este na margem interior) 11. 12. 13. 14;

b) abreviatura marginal, lado esquerdo, de col. Que significa divisão para a segunda coluna da página impressa;

c) número marginal 78 que está riscado e que significa a nova página impressa, precisamente a pág. 78. Um risco longitudinal a toda a largura da página, apontando para a divisão nessa frase, a partir do traço vertical que já está colocado sobre essa linha;

d) a identificação de «Titulo XXVII do Conservador e sua eleição e jurisdição» com traço vertical inclinado, com pontas, à semelhança do que podemos usar em correção de provas, para simbolizar espaçamento no parágrafo; a letra G sobre o número 78, simboliza a letra da assinatura do caderno G que é, realmente, o que pode ser visto no exemplar impresso;

e) o próprio reclamo na palavra manuscrita «ponha» (fl. 81v), com separação da última sílaba, para identificar a sequência de cadernos manuscritos.

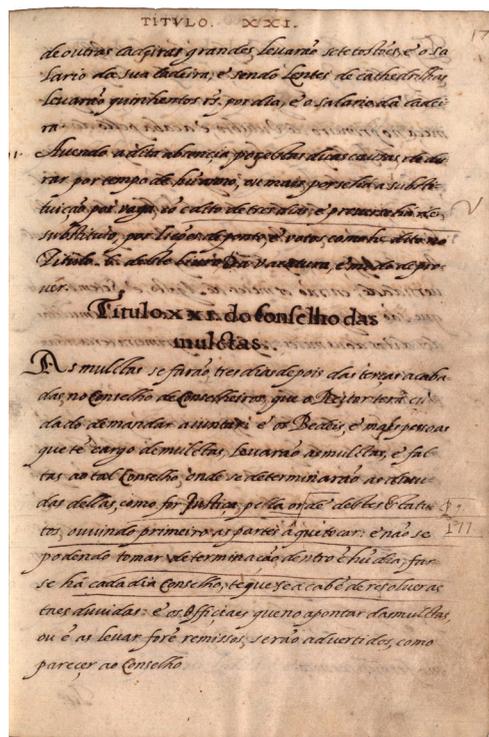


Fig. 10 – Exemplo da fl. 178 do manuscrito.

Os exemplos (fl. 178) que a seguir se divulgam, permitem identificar os seguintes sinais de código tipográfico:

a) a indicação de página, do livro impresso, pág. 177, com a indicação marginal *Pg 177*;

b) a divisão de frase, para nova página, com a sinalefa a dividir a palavra *or / dem*;

c) também se pode constatar a letra maiúscula A com um leve desenho, a simbolizar a letra capitular A que deverá entrar naquela palavra;

d) reconhece-se, ainda, a correção para letras maiúsculas nas palavras *Conselho* e *Conselheiros*;

e) os sublinhados, a seguir à divisão de página, podem significar um redobrar de atenção para o compositor, mas esta é apenas uma suposição, pois também podem ser entendidos como espaçamento de palavras.

Uma análise detalhada, no cotejo do manuscrito com o texto impresso permite confirmar a existência de muitas palavras cuja ortografia foi corrigida, sem haver essa indicação no manuscrito e o mesmo se diga quanto a pontuação. Aproveitando o exemplo da fl. 178, acima apresentada, podemos elencar as situações seguintes, a saber: no impresso um ponto final em «mandar ajuntar. E os Bedeis...» que no manuscrito não está assinalado; assim como a letra seguinte que é a maiúscula E. O mesmo se diga quanto à frase seguinte, texto impresso: «as partes a que tocar. E não se podendo tomar...», não existindo no manuscrito ponto final e maiúscula E. Ou seja, teremos de concluir que muitas correções deverão ter sido feitas em provas tipográficas, mas essas, infelizmente, não sobreviveram.

Sabemos da existência de um corretor da imprensa, cujo ofício e competências estão descritos nos *Estatutos da Universidade* de que estamos a falar: que línguas deveria saber, como deveria visitar a oficina de impressão e saber os caracteres que ali existiam, tudo o que deveria emendar e que corria pela impressão, etc., pode ler-se no Liv. 2, Tit. 51, p. 132 e 133. Este corretor era eleito em Conselho de Deputados e Conselheiros, e «será

muito bom Latino & Grego». O seu ofício andava junto com o de guarda da Livraria, recebendo 30 mil réis de ordenado, anualmente. Ao compulsar os «Livros de Folhas de Ordenados», para o ano letivo de 1653-1654, pode ser identificado o nome de Francisco Barreto e Sousa, como guarda da livraria que era também guarda do cartório e, como constatamos pelos *Estatutos*, também seria o corretor das impressões. A ele se terão ficado a dever as correções tipográficas da impressão destes *Estatutos*³¹.

Dados relevantes sobre a história da tipografia e a forma como foi feita, aos longo dos tempos, uma sistematização dos corpos dos tipos, ou também as designações que foram surgindo, à medida que novos criadores de tipos têm a sua época, como Griffon, Garamond, etc., podem ser colhidos na obra de CARDOSO (2008) que nos dá a conhecer como, em 1621, Jean Jannon publicou a sua obra *Espreuve des Caracteres nouvellement taillez*, uma das primeiras obras sobre, precisamente, a classificação dos tipos utilizados pelos impressores e a divulgação dos que eram correntemente usados por si próprio³². A cunhagem de tipos vai-se modificando e a forma como são divulgados e comprados tipos, assim como sua evolução, com criação de novos tipos e mostruários de letras nos séc. XVII e XVIII podem ser conhecidos em obras diversas, para a imprensa europeia³³. Apesar de serem trabalhos que envolvem o estudo da história do livro em outros países, certamente algo de muito semelhante ocorreria em Portugal, lamentando-se a falta de obras dedicadas à história do livro, na vertente exclusiva do trabalho dos impressores e compositores.

31 Os *Livros de Folhas de Ordenados*, no que toca ao pagamento de 4 mil réis em cada terça, ao guarda da livraria e do cartório (1653-1654) podem ser consultados a fl. 9 do 1.º cad. pagamento da 1.ª terça, fl. 9v do 2.º cad., pagamento da 2.ª terça e a fls. 9v do 3.º cad. pagamento da 3.ª terça (cota AUC-IV-1.ªE-11-5-4). Francisco Barreto Sousa foi guarda da Livraria desde 1626 até depois de 1656 (cf. AMARAL (2014), p. 199).

32 Leia-se o trabalho de CARDOSO (2008), p. 37.

33 CARDOSO (2008) apresenta um bom resumo, desse panorama da evolução da tipografia. Consulte-se também a obra de MARTINEZ DE SOUSA (1992) no que toca a terminologia diversa das oficinas tipográficas e livro impresso, em diversas épocas cronológicas, quanto a tipos, letras, sinais de correção tipográfica, etc.

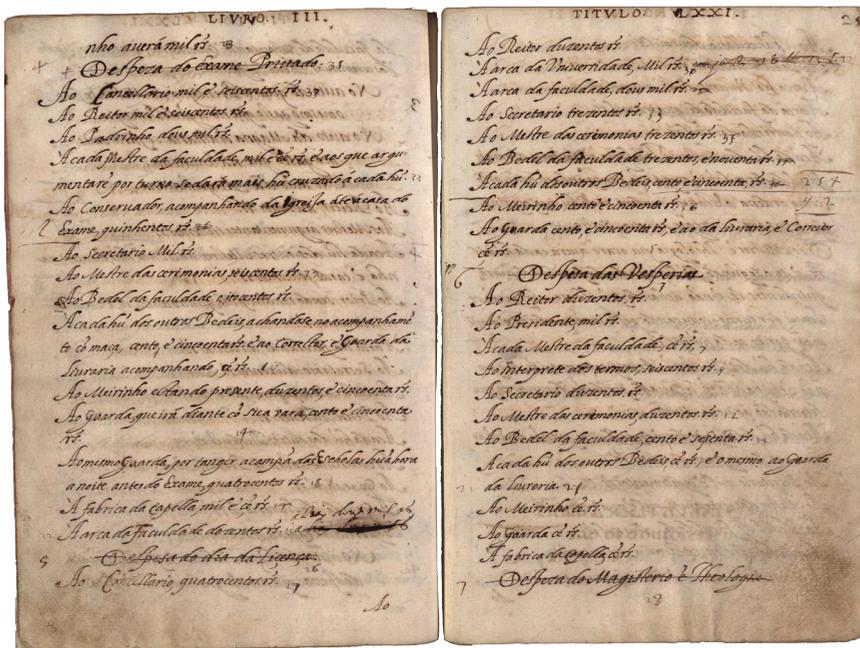


Fig. 11 – Novos dados tipográficos nas fl. 251 e 252v do manuscrito

Um outro exemplo de *marginalia* apresenta-se, seguidamente, agora para ilustrar a divisão de página e de cadernos de impressão. Trata-se da fl. 251v e 252 do manuscrito, no qual podemos ver um sublinhado longitudinal (fl. 252) com a indicação de 254 e Y 2. Estas indicações reportam-se ao novo número de página 254 que começa a partir daquela nota, assim como Y2 é a indicação para o caderno de impressão, letra essa que também podemos identificar na obra impressa. As manchas de manuseamento são bem visíveis nas duas folhas, no canto inferior, para virar as folhas.

Muito fica ainda por identificar, como é o caso dos pequenos números visíveis no final de algumas frases, na folha acima divulgada. Será que dizem respeito ao número de caracteres a usar? Ou ao número de espaços? Depois da sua contagem no texto impresso, estes números não condizem nem com caracteres, nem com espaços. Outra interrogação que fica em aberto.

O cotejo entre estas folhas do manuscrito e as páginas impressas também permite concluir que outras ordens de impressão terão sido dadas vocalmente e não estão assinaladas ou foram feitas correções, em provas tipográficas. Entre as situações apontadas figura a abreviatura *rs*, desenvolvida para *reis* no impresso; a palavra *Cancellario* por sua vez, está abreviada no texto impresso, com nasalação com til sobre o “a”: *Cãcelario*. Por último, os números 4, 5, 6 e 7, na margem esquerda podem significar os subtítulos que entram com letra capital, no texto impresso. Acresce ainda dizer que a impressão do «Repertório dos Estatutos» deve ter sido um trabalho de elevado grau de dificuldade, atendendo às numerosas abreviaturas, numeração de artigos e folhas, tipos em itálico e redondo, diversidade de tamanho de tipos, maiúsculas e minúsculas, versaletes, espaçamentos, parágrafos, glosas, reclamos, etc.

O mesmo se diga, quanto a grau de dificuldade, no que diz respeito à menção que sempre é feita nos *Estatutos*, com uma nota marginal com asterisco (*), quando existiu alteração do texto estatutário com a «Reformação», cujo texto é também publicado no final, mas para cuja autoria do manuscrito não puderam ser encontrados dados.

Este manuscrito pode ser considerado como um original para impressão ou uma cópia do impressor, para entregar aos seus compositores, tal é a quantidade de elementos de um código tipográfico. Uma análise de textos originais para impressão, mas para o séc. XIV, com o seu cotejo com as obras impressas é feita na obra de HELLINGA (2014). Como a autora refere, ao discorrer sobre o tema, no capítulo dedicado às cópias do impressor «The text in the Printing House – Printer’s copy» quando vistas em conjunto com a obra final, do livro impresso, as marcas na cópia do impressor (ou, acrescentaremos, do original que lhe foi enviado para impressão e que ele anotou) são testemunhas de como foi planeada a produção do livro e como foi evoluindo, nas mãos do compositor. Outras alterações, quanto a essa evolução do trabalho final de impressão, poderiam ser notadas nas provas tipográficas, se tivessem sobrevivido e as pudéssemos consultar.

Ao ultimar este texto, fica uma palavra, em memória de todos os envolvidos na publicação dos *Estatutos*, os copiadorees dos manuscritos, os aprendizes de impressão, os impressores, os compositores, os corretores e tantos outros que ficaram silenciados no tempo e que desejamos homenagear com este singelo artigo.

Conclusão

Ao dar a conhecer o manuscrito que foi utilizado na impressão dos *Estatutos* da Universidade aprovados em 1653 e impressos em 1654, pensamos ter contribuído para entender a forma como a arte tipográfica era exercida, como se transmitiam as informações aos compositores, num período em que estes dados são pouco conhecidos, pois são muito raros os manuscritos desta natureza. A Universidade não possuía ainda a sua própria Imprensa, criada apenas depois da Reforma Pombalina de 1772, mas recorria a impressores da cidade, com os quais fazia contratos de obrigação, sempre que desejava a impressão de obras. Os seus nomes constam nos «Livros de Folhas de Ordenados», nos «Livros de Receita e Despesa» e nos «Livros de Escrituras da Universidade». Mas este é um manuscrito que merece ser estudado, em maior profundidade, com o levantamento de todos os sinais corretores e toda a *marginalia*, de forma a permitir elencar o conjunto mais completo de sinalefas usadas entre os tipógrafos e compositores, de forma a fazer o que poderíamos designar por código de impressão. Fica dado o mote, para quem queira abraçar esse trabalho.

A sobrevivência de provas tipográficas seria muito útil, para poder complementar com outros sinais que não estivessem assinalados no manuscrito. Mas, infelizmente, não são conhecidas, para este período. Podemos apreciar alguns modelos desta natureza, mas para período posterior em exemplos de correções tipográficas de cartas ou diplomas de curso, no séc. XVIII, em sinais de alinhamento de palavras,

pelo pé da letra, substituição de letras, espaçamentos, itálicos, letra repetida, etc. Estes exemplos são poucos, mas não são despidiendos, pois, apesar de se reportarem apenas a diplomas ou cartas de curso têm o seu valor, pela sua raridade³⁴.

BIBLIOGRAFIA

Fontes documentais:

Arquivo da Universidade de Coimbra

PT/AUC/DIO/CDCBR – *Cúria Diocesana de Coimbra (F); Câmara Eclesiástica de Coimbra (SC); Processo de ordenação sacerdotal (DC)*

PT/AUC/DIO/CSCBR – *Cabido da Sé de Coimbra (F); Livro de Emprazamentos do Cabido (DC)*

PT/AUC/ELU/UC – *Universidade de Coimbra (F); Estatutos da Universidade de Coimbra (1653) (DC)*

PT/AUC/ELU/UC - *Universidade de Coimbra (F); Livro de Acórdãos da Mesa da Fazenda (DC)*

PT/AUC/ELU/UC - *Universidade de Coimbra (F); Livro de Escrituras Notariais da Universidade (DC)*

PT/AUC/ELU/UC - *Universidade de Coimbra (F); Livro de Matrículas da Universidade (DC)*

PT/AUC/ELU/UC - *Universidade de Coimbra (F); Livro de Receita e Despesa da Universidade (DC)*

PT/AUC/ELU/UC - *Universidade de Coimbra (F); Livros de Folhas de Ordenados (DC)*

PT/AUC/ELU/UC - *Universidade de Coimbra (F); Processos de Carta de Curso (DC)*

PT/AUC/PAR/CBR26 – *Paróquia da Sé de Coimbra (F); Livro de registo de óbitos da Sé de Coimbra (DC)*

Bibliografia:

ALMEIDA, Manuel Lopes de. (1970). *Artes e Ofícios em Documentos da Universidade. I Século XVII*. Coimbra.

34 V. *Processos de carta de curso* que contêm a prova tipográfica do diploma que, posteriormente, era impresso em pergaminho. Entre os exemplos que se podem citar, onde existem correções tipográficas, estão as cartas ou diplomas de: António Barbosa Montenegro (cota AUC-IV-2.ºD-12-2-3); Joaquim José Mendonça Cardoso e João Ferreira Cardoso (cota AUC-IV-2.ºD-12-3-5).

- AMARAL, A. E. Maia do, coord. (2014). *Os livros em sua ordem*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BANDEIRA, Ana Maria Leitão. (1999). O fabrico do papel no distrito de Coimbra ao longo dos séculos XVI-XIX: um percurso histórico. *Pasta e Papel* (1999) jul, pp. 29-36.
- BRAGA, Teófilo. (1895). *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução publica portuguesa*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, t. 2.
- CARDOSO, Nuno Vale. (2008). *Tipografia, Personagens, Tecnologia e História do Livro*. Lisboa: UNL; FBA. Trabalho apresentado a Provas de Aptidão Pedagógica. Acessível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39574/3/ULFBA_TES302_2.pdf
- ESTATUTOS da Universidade de Coimbra. (1654). Coimbra: Oficina de Thomé Carvalho, impressor da Universidade.
- FONSECA, Fernando Taveira da. (2001). *Imprensa da Universidade de Coimbra: uma história dentro da história*. Coimbra : Imprensa da Universidade.
- GONÇALVES, José Jorge David de Freitas. (2010). *A Imprensa em Coimbra no século XVII. Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em História Económica e Social*. Lisboa: UNL: FCSH. Acessível em <https://run.unl.pt/handle/10362/10106>
- HELLINGA, Lotte. (2014). *Texts in Transit : manuscript to proof and print in the fifteenth century*. Leiden; Boston : Brill.
- MARTINEZ DE SOUSA, José. (1992). *Diccionario de Tipografía y del Libro*. Madrid: Editorial Paraninfo.
- MARTINS, J. V. de Pina. (2015). *Histórias de Livros para a História do Livro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- PERIÇÃO, Maria da Graça; FARIA, Maria Isabel. (2008). *Dicionário do Livro – Da escrita ao livro eletrónico*. Coimbra: Almedina.
- SEQUEIRA, Gaspar Cardoso de. (1664). *Thesouro de Prudentes*. Coimbra: na impressão da viuva de Manuel Carvalho.
- SILVA, Cátia Alexandra Cunha da Silveira Pereira da. (2013). *Tipografia portuguesa do século XVII na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de Mestrado em Ciências da Documentação e Informação. Biblioteconomia*. Lisboa: UN; FL. Acessível em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/23903/1/ulfl201309_tese.pdf